

INDICAÇÃO Nº 239/2022

INDICO AO PODER **EXECUTIVO** MUNICIPAL. OUE **PROMOVA** REGULAMENTAÇÃO DO ANTEPROJETO DE LEI EM ANEXO, QUE IMPLEMENTA A OBRIGATORIEDADE DA PERMANÊNCIA DE PROFISSIONAL FISIOTERAPEUTA NAS MATERNIDADES, NOS CENTROS **OBSTÉTRICOS E NOS PROGRAMAS DE** ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA: **OUTRAS PROVIDENCIAS.**

AUTOR: Vereador Zacarias Marques – PARTIDO PROGRESSISTA – PP.

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

INDICO que, depois de cumprido o rito regimental e ouvido o soberano Plenário desta Casa, encaminhe-se ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, **DARCI JOSÉ LERMEN**, solicitando que se promova a regulamentação do Anteprojeto de Lei anexo, que implementa a obrigatoriedade da permanência de profissional fisioterapeuta nas maternidades, nos centros obstétricos e nos programas de assistência obstétrica; e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA

A assistência fisioterapêutica no período gestacional visa orientar e preparar a gestante para enfrentar as transformações decorrentes desta condição. As principais recomendações do profissional se referem à fisiologia da gravidez, hábitos que devem ser adotados e preparação física da gestante, o que contribui para a prevenção de problemas e manutenção da saúde no pré-natal e na preparação para o parto.

Há diversas abordagens fisioterapêuticas que contribuem para a prevenção e melhora dos sintomas relacionados a gravidez. Adotar um programa de intervenção fisioterapêutica durante a gestação beneficia sobremaneira a saúde da mulher durante todo o ciclo gravídico-puerperal. As alterações anatômicas, fisiológicas e biomecânicas decorrentes da gestação, continuam exercendo influência sobre o bem estar geral da mulher após o parto.



No período imediato pós-cesariana, por exemplo, a mulher pode apresentar problemas gastrointestinais; mastite (inflamação aguda do tecido mamário que provoca dor, inchaço e vermelhidão, podendo ser acompanhada de infecção e consequente febre); dor e ansiedade. Além disso, os músculos abdominais, ficam fracos e com reduzida elasticidade; os ligamentos e os tecidos conectivos se estendem e a proporção de gordura na região da cintura aumenta. De outro modo, durante o parto vaginal pode ocorrer dano neurológico; a fáscia pélvica visceral, o septo retovaginal e o corpo perineal são distendidos e em casos mais severos, podem ainda se romper.

Ante a isso, faz-se necessária a permanência de um profissional fisioterapeuta nos centros de saúde e atendimento à grávidas. As indicações de exercícios, respiração e etc. bem como o acompanhamento imediatamente anterior ao parto, podem afastar possíveis intercorrências no momento do nascimento da criança. A medida tem a finalidade de prevenir que parturientes tenham complicações em seu quadro de saúde.

Diante de todo o exposto, solicito a colaboração dos Nobres Pares para aprovação desta indicação em razão do interesse público ora defendido, pautado no dever de efetivar ações e programas que garantam dignidade e saúde às mulheres.

Parauapebas (PA), 30 de maio de 2022.

ZACARIAS DE ASSUNÇÃO VEREADOR PP



ANTEPROJETO DE LEI Nº /2022

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE E PERMANÊNCIA DE FISIOTERAPEUTA NAS MATERNIDADES, NOS CENTROS OBSTÉTRICOS E NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

- Art. 1° É obrigatória a presença de, no mínimo, um fisioterapeuta nas maternidades, nos centros obstétricos e nos programas de assistência obstétrica, contemplando o período pré-natal, puerperal e pós-parto, envolvendo a atenção primária, existentes no município, da rede pública ou privada de saúde, durante todos os turnos de funcionamento da rede hospitalar.
- Art. 2º Os profissionais fisioterapeutas deverão estar disponíveis nas equipes multiprofissionais, em tempo integral, para assistência às pacientes internadas, objetivando o bem estar da gestação e da vida da parturiente.
 - Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas, 30 de maio de 2022.

DARCI JOSÉ LERMEN PREFEITO MUNICIPAL



Senhor Presidente,

Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras,

JUSTIFICATIVA

O presente projeto segue as recomendações para assistência obstétrica à gestante e ao parto, definidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em fevereiro de 2017, pela Portaria nº 353, o Ministério da Saúde fez publicar as Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal. A cada ano, acontecem no Brasil cerca de 3 milhões de nascimentos, envolvendo quase 6 milhões de pessoas, considerando parturientes e os seus filhos, com cerca de 98% deles acontecendo em estabelecimentos hospitalares, públicos ou privados. Isso significa que, a cada ano, o nascimento influencia parcela significativa da população brasileira, considerando as famílias e o seu meio social.

Entretanto, as mulheres e recém-nascidos são expostos a altas taxas de intervenções, como a episiotomia, o uso de ocitocina, a cesariana, infecções, hemorragias, entre outras, contrariando as recomendações da OMS. Todas as mulheres têm o direito de receber assistência humanizada, integral, interdisciplinar e interprofissional, durante o pré-natal, parto e pós-parto na rede de saúde pública ou privada.

A atuação do fisioterapeuta em saúde da mulher se caracteriza pelo exercício profissional em todos os níveis de atenção à saúde, em todas as fases do desenvolvimento ontogênico, com ações de prevenção, promoção, proteção, educação, intervenção, recuperação e reabilitação. Para o alcance dos objetivos do sistema de saúde na atenção básica e o cumprimento efetivo e qualificado de suas funções como porta de entrada preferencial, coordenação do cuidado e resolutividade.

Na atenção básica os profissionais que prestam assistência em saúde coletiva/ da família, como médicos, enfermeiros e dentistas, e a equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família, que contempla o fisioterapeuta, devem absorver as demandas de todos os ciclos de vida com total capacidade para atuar nas condições de saúde mais prevalentes, como consta nas portarias e diretrizes de atenção básica à saúde. A proposta aqui é de capacitação e



alinhamento destes profissionais que já existem na atenção básica/primária à saúde, na estratégia de saúde da família e núcleo de apoio à saúde da família, com a assistência obstétrica, destacando aqui a relevância da implementação da educação continuada sobre o ciclo gravídico-puerperal e o respectivo papel da assistência do fisioterapeuta e suas especificidades nas alterações deste ciclo, que terão como desfecho o parto e o atendimento nas maternidades.

De acordo com o caderno de atenção básica número 32, do Ministério da Saúde, em 2012, já prevê o suporte do núcleo de apoio à saúde da família na atenção ao pré-natal de baixo risco, contemplando aí o profissional fisioterapeuta atuante neste âmbito de atenção à saúde. A importância do núcleo de apoio à saúde da família, na assistência à gestação de alto risco, também é salientada pelo manual técnico de gestação de alto risco, do Ministério da Saúde, de 2010.

O fisioterapeuta atua em todo o ciclo gravídico-puerperal, com ampla comprovação científica dos benefícios da respectiva assistência à vida e saúde da gestante e do nascituro. Por entender que toda parturiente tem o direito à assistência fisioterapêutica e que o profissional é imprescindível para um período gestacional saudável e inclusive para evitar complicações de parto esta atuação vem ao encontro dos preceitos da humanização da assistência obstétrica. A gestação, parto e puerpério são períodos de adaptações orgânicas e causam sintomas que diminuem a qualidade de vida da mulher. O fisioterapeuta, inserido nas equipes de pré-natal, puerpério e pós-natal, contribui para prevenir e aliviar desconfortos musculoesqueléticos como a lombalgia, dor pélvica, e preparação para o parto, redução de dor, redução de complicações relacionadas ao sistema genitourinário, redução do número de cesarianas, redução de episiotomias, redução do tempo de progressão do trabalho de parto, do medo e de ansiedade, entre outras alterações comuns a esse período feminino.

O fisioterapeuta além de atuar em assistência pré-natal, em salas de pré-parto, enfermaria obstétrica de risco habitual e de alto risco, atua no pós-parto imediato e nas enfermarias de pós-parto oferecendo orientações para prevenção de complicações relacionadas a imobilidade como a trombose venosa profunda, melhora do conforto relacionado ao sistema músculo-esquelético, uso de recursos fisioterapêuticos para prevenção e tratamento das algias, melhora da funcionalidade geral, alívio de dor no local da



cicatrização relacionados ao trauma perineal ou no local das rafias do parto cesáreo, auxílio ao aleitamento materno e melhora da funcionalidade da mulher para o autocuidado e cuidado com o recém-nascido, inclusive no acompanhamento pós-parto na atenção básica, avaliação fisioterapêutica específica e cientificamente baseado em evidências, durante sua formação de nível superior.

A presença do fisioterapeuta contribui não só para o melhor custo-efetividade, da assistência prestada às mulheres no âmbito das maternidades, como também vem ao encontro aos preceitos de humanização da assistência obstétrica, apresentados pelo documento de "recomendações de cuidados e experiências positivas no parto da Organização Mundial de Saúde (OMS)", 2018, ao incluir um profissional com grande especificidade na prescrição de recursos fisioterapêuticos e abordagem que contribui para que as mulheres sejam agentes ativos no processo de parturição, ao mesmo tempo que recebem uma assistência humanizada e segura no âmbito da maternidade.

O documento intitulado "recomendações da OMS sobre cuidados pré-natais para uma experiência positiva na gravidez" de 2016, já apresentava recomendação nominal do profissional fisioterapeuta nos cuidados das alterações fisiológicas obstétricas. Países tidos como desenvolvidos já entendem a grande importância da intervenção fisioterapêutica em obstetrícia, na sala de parto, possibilitando às parturientes acesso à recursos que minimizem a dor, possibilitem melhor posicionamento para o parto respeitando a fisiologia e biomecânica de forma individualizada e cooperando para uma intervenção segura tanto um parto vaginal ou cesariana.

Inegavelmente, a ausência de um fisioterapeuta na atenção obstétrica e nos partos nas maternidades, compromete a qualidade da assistência prestada a todas as mulheres, demandando, assim, a presença de um fisioterapeuta em tempo integral, ou seja, por 24 (vinte e quatro) horas nas maternidades.

Em virtude dessas considerações, notadamente, ante a importância e relevância do papel profissional dos Fisioterapeutas e de suas condutas e procedimentos na gravidez, no trabalho de parto e no pós-parto, considerando a necessidade de oferecimento efetivo de analgesia não farmacológica para o alívio da dor no trabalho de parto, uso de recursos fisioterapêuticos para melhorar a progressão do trabalho de parto, e diante das demandas



pela humanização da assistência obstétrica nas maternidades e da comprovada melhora de indicadores hospitalares e financeiros, redução do índice de cesarianas conforme recomendação da OMS, bem como ante as exigências legais, surge à necessidade urgente de regulamentação da presença do Fisioterapeuta em tempo integral (24 horas) nas Maternidades de todo Município de Parauapebas/PA, sejam eles públicos ou privados, e nos programas de assistência obstétrica.

Conto com o apoio aos meus pares para a aprovação dessa proposição, que beneficiará toda sociedade.